



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 06/05/2026

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Rosângela Moro (PL - SP)** - A Deputada defendeu o funcionamento das escolas de educação especial, como as Apaes e as Pestalozzis, diante da tramitação de Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra lei do Paraná que autorizou repasses de recursos públicos para instituições conveniadas. Além disso, afirmou que as famílias devem ter o direito de escolher o modelo educacional adequado para filhos com deficiência. Ademais, argumentou que alunos com múltiplas deficiências e comprometimento severo da autonomia muitas vezes demandam acompanhamento especializado para alimentação, higiene e aprendizagem. Também relatou que a rede regular de ensino não oferece estrutura suficiente para atender casos complexos, inclusive de estudantes que utilizam sondas gástricas. Por fim, pediu que o Supremo Tribunal Federal julgasse improcedente a ação.

**Daniel Trzeciak (PSDB - RS)** - O Deputado criticou as decisões do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados envolvendo a suspensão de Parlamentares e afirmou que a medida representava perseguição política e restrição à liberdade de expressão. Além disso, declarou que o episódio comprometeu as comemorações dos 200 anos da Câmara dos Deputados e envergonhou o Parlamento brasileiro. Nesse sentido, manifestou solidariedade e apoio aos Deputados Marcel van Hattem, Zé Trovão e Marcos Pollon diante das decisões do órgão. Também ressaltou a incoerência do caso diante de situações de Parlamentares que admitiram prática de rachadinha e celebraram acordo com a Procuradoria-Geral da República sem punição. Por fim, afirmou que a população acompanhava a atuação do Congresso Nacional e cobraria posicionamento dos Deputados na votação em plenário.

**Sidney Leite (PSD - AM)** - O Deputado manifestou solidariedade aos professores e trabalhadores da rede estadual de ensino do Amazonas e denunciou a precariedade das escolas públicas no Estado. Além disso, relatou problemas estruturais, como risco de curto-circuito durante chuvas, falta de merenda escolar, ausência de transporte escolar e atraso no pagamento de funcionários terceirizados. Também afirmou que o Governo do Estado não cumpriu a data-base dos professores, deixou de pagar retroativos e não garantiu progressões horizontal e vertical da carreira. Além disso, criticou a suspensão do plano de saúde dos servidores após atraso de pagamentos à empresa responsável. Ainda cobrou do novo Governador do Amazonas políticas de valorização profissional, formação continuada e aplicação adequada dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

(Fundeb). Ao encerrar, parabenizou o Presidente da Casa pelas comemorações pelos 200 anos da Câmara dos Deputados.

**Coronel Meira (PL - PE)** - O Deputado celebrou os 200 anos da Câmara dos Deputados e definiu o Parlamento como espaço de resistência democrática diante da concentração de poderes pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Governo Federal. Além disso, declarou apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, a quem apontou como perseguido politicamente após restrição de liberdade desde novembro de 2025. Também criticou o presidente nacional do Partido Social Democrático, Gilberto Kassab, ao mencionar investigações e denúncias de corrupção, lavagem de dinheiro e caixa dois eleitoral. Ainda defendeu a gestão Bolsonaro, destacando nomes como dos ex-Ministros Paulo Guedes, Tereza Cristina e Tarcísio de Freitas e afirmou que o ex-Presidente priorizou critérios técnicos na composição ministerial. Por fim, criticou o aumento do número de Ministérios e citou denúncias envolvendo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Banco Master.

**Márcio Jerry (PCdoB - MA)** - O Deputado anunciou a realização do evento “Debates Estratégicos com Björn Lomborg, Fazendo mais com menos: políticas públicas de alto impacto”, promovido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados em parceria com o *Copenhagen Consensus*. Além disso, informou que a atividade seria aberta pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, e destacou a relevância do encontro para o pensamento nacional e para os debates legislativos. Ao concluir, também anunciou que o evento mobilizou a Consultoria Legislativa da Casa e registrou grande procura entre os participantes.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado destacou os 200 anos do Parlamento brasileiro e afirmou que a história democrática do País registrou períodos de autoritarismo marcados por fechamento do Legislativo e cassação de mandatos. Além disso, defendeu o Parlamento como espaço do dissenso civilizado, do livre debate de ideias e da construção democrática com participação popular. Ademais, apoiou a atuação do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados diante da ocupação do Plenário e da Mesa Diretora por Parlamentares. Ainda ressaltou a importância de organizações populares, conselhos e mecanismos de controle social nos Municípios para fortalecer a democracia e ampliar a participação cidadã além do processo eleitoral.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado parabenizou o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Cavaliere, pelo envio de projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal que limitou a 5% a ocupação de cargos comissionados na Prefeitura. Além disso, afirmou que a medida representou respeito à administração pública e destacou a iniciativa como exemplo de gestão. Em seguida, criticou a gestão do ex-Governador Cláudio



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

Castro e mencionou o apoio do Senador Flávio Bolsonaro. Ainda elogiou a atuação do Desembargador Ricardo Couto em processos de demissão no Estado e declarou apoio à condução administrativa da Prefeitura do Rio de Janeiro.

**Sérgio Turra (PP - RS)** - O Deputado criticou a decisão do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados que puniu os Deputados Marcos Pollon, Zé Trovão e Marcel van Hattem após obstrução parlamentar no plenário. Além disso, afirmou que a medida representou intimidação contra Parlamentares de oposição e classificou a punição como desproporcional. Além disso, declarou que os Deputados defendiam o cumprimento de acordo firmado na Casa e questionou o fato de apenas três integrantes do grupo terem sido penalizados. Também comparou as sanções aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal em casos relacionados aos atos de 8 de janeiro e alegou ausência de precedentes semelhantes no Parlamento. Por fim, afirmou que a Câmara dos Deputados precisaria rever a decisão em plenário para preservar a democracia e a atuação parlamentar.

**Daniel Trzeciak (PSDB - RS)** - O Deputado registrou a presença dos Vereadores Marcio De Moraes, conhecido como Marcio do Jardineiro, do PSDB, e Clécio Zamin, do União Brasil, no plenário da Câmara dos Deputados. Além disso, destacou a atuação dos representantes de Nova Prata (RS), Município da Serra Gaúcha conhecido como Capital Nacional do Basalto e sede de festival internacional de folclore. Em seguida, afirmou que os Vereadores buscavam recursos e articulação política em Brasília para investimentos no Município. Também citou destinação de recursos para o Hospital São João Bosco, atingido por incêndio, e apoio a projetos culturais ligados ao Festival Internacional de Folclore de Nova Prata.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado criticou integrantes do PL por articularem paralisação das atividades da Câmara dos Deputados em defesa de aliados políticos no Rio de Janeiro. Além disso, afirmou que Parlamentares da legenda pressionaram o Presidente do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, para interceder junto ao Supremo Tribunal Federal em favor de Douglas Ruas, apontado como sucessor político do ex-Governador Cláudio Castro. Também mencionou supostas irregularidades no Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj) e na Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). Ainda criticou o Senador Flávio Bolsonaro por apoio político ao grupo ligado ao Governo Estadual e defendeu que denúncias de corrupção fossem apuradas independentemente de filiação partidária.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado afirmou que o Estado do Rio de Janeiro enfrenta uma crise estrutural na política e criticou práticas assistencialistas e acordos políticos em processos eleitorais. Além disso, mencionou a eleição unânime do presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

Bacellar, e declarou que o Estado vinha sendo administrado de forma mais eficiente pelo Judiciário após decisões do desembargador responsável pelo Governo estadual interino. Ademais, destacou os 200 anos da Câmara dos Deputados e lembrou o período em que o Rio de Janeiro foi sede do Parlamento e Capital Federal. Ao finalizar, criticou a atuação de partidos de Direita no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados durante a votação envolvendo os Deputados Zé Trovão, Marcos Pollon e Marcel van Hattem.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado alertou para o avanço da violência e do crime organizado no Rio Grande do Norte e em outras regiões do País. Além disso, relatou que uma escola infantil em Mossoró (RN) suspendeu atividades após ameaça de facção criminosa e mencionou casos de sequestro e decapitação registrados no Município. Também destacou apreensões de fuzis realizadas pela Polícia Militar em Mossoró (RN) e Natal (RN). Ainda citou o assassinato de um pastor na Bahia após pregação em comunidades dominadas pelo crime organizado e mencionou mortes de servidoras em escola no Acre. Por fim, criticou a atuação do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e defendeu o debate sobre redução da maioria penal e endurecimento da legislação criminal.

**Paulão (PT - AL)** - O Deputado destacou o lançamento do Novo Desenrola Brasil pelo Governo Federal e afirmou que o programa buscava auxiliar famílias endividadas, estudantes do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e agricultores com descontos de até 90% nas dívidas. Além disso, relacionou o endividamento ao avanço das apostas esportivas eletrônicas e aos impactos sociais provocados pelos jogos. Também criticou a autonomia do Banco Central, aprovada pelo Congresso Nacional durante a presidência do Deputado Arthur Lira na Câmara dos Deputados, e afirmou que a medida favoreceu o sistema financeiro. Por fim, defendeu a redução continuada da taxa de juros para estimular a economia, beneficiar trabalhadores e reduzir o peso das dívidas sobre as famílias brasileiras.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado registrou a presença do Vereador Rodolphinho, do Município de Mendes (RJ), no plenário da Câmara dos Deputados durante as comemorações pelos 200 anos da Casa. Além disso, destacou a atuação do Parlamentar municipal em projetos de iluminação pública e em campanhas de incentivo ao cadastramento de medula óssea. Por fim, elogiou o trabalho desenvolvido no primeiro mandato do Vereador e citou ações voltadas ao esporte e ao atendimento da população local.

**Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA)** - O Deputado defendeu a retomada do debate sobre a redução da maioria penal e citou pesquisa do instituto Realtime Big Data segundo a qual 90% da população brasileira apoia a medida. Além disso, afirmou que o aumento de crimes cometidos por menores de 18 anos elevou a pressão social por mudanças na legislação penal. Mencionou ainda experiências internacionais, como a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

redução da maioria penal na Argentina, e comparou regras adotadas em países como Inglaterra, França, Estados Unidos e Canadá. Também informou que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou audiência pública para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2019, que trata da redução da maioria penal. Por fim, cobrou posicionamento do Senado Federal sobre a proposta.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado destacou pesquisas de intenção de voto para o Senado Federal no Maranhão que apontaram a Deputada Roseana Sarney na liderança da disputa. Em seguida, afirmou que a ex-Governadora acumulou serviços prestados nos 217 Municípios maranhenses, com investimentos em saúde, educação e infraestrutura. Citou a construção de hospitais municipais, Unidades de Pronto Atendimento, escolas, bibliotecas e estradas durante as gestões da Deputada no Governo do Estado. Também mencionou obras como o Hospital Dr. Carlos Macieira, o Hospital de Câncer do Maranhão Dr. Tarquínio Lopes Filho e a estrada de Barreirinhas (MA), associada ao desenvolvimento dos Lençóis Maranhenses. Por fim, relatou a recuperação da saúde da Deputada licenciada Roseana Sarney após tratamento médico.

**Ribamar Silva (PODE - SP)** - O Deputado homenageou a Vereadora Lúcia da Saúde, de Osasco (SP), presente em Brasília para buscar recursos para o Município. Ressaltou a parceria de longa data com a parlamentar e destacou Osasco como o segundo maior PIB do Estado de São Paulo. Além disso, informou que o gabinete destinará recursos à cidade e relatou reunião com o Ministro Padilha, no âmbito da Comissão de Saúde, para tratar de demandas do setor.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado avaliou a medida provisória de renegociação de dívidas, reconhecendo avanços para aposentados, como a ampliação do prazo do consignado de 96 para 108 meses, a carência de 90 dias e o fim do cartão consignado (RMC e RCC). Contudo, criticou a redução do limite do consignado de 45% para 40%, argumentando que a extinção dos 10% do cartão deveria ter sido compensada no consignado convencional, e não simplesmente suprimida. Além disso, manifestou insatisfação com a previsão de redução progressiva de 2% ao ano no limite do consignado, o que, a seu ver, empurraria os aposentados para linhas de crédito com juros mais elevados. Por fim, informou ter apresentado duas emendas à medida provisória para manter o limite em 45% e suprimir a redução gradual, reafirmando o compromisso com a defesa dos aposentados e das aposentadas do País.

**Gustinho Ribeiro (PP - SE)** - O Deputado registrou visita do Conselheiro Luiz Augusto Ribeiro, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, e da Deputada Estadual Áurea Ribeiro à Câmara dos Deputados. Destacou a promulgação da PEC da Essencialidade, que reconheceu os Tribunais de Contas estaduais como órgãos permanentes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado defendeu as realizações do Governo Lula no Maranhão, rebatendo a tese de que o apoio popular ao Presidente se explicaria pelo assistencialismo. Para tanto, elencou dados como a geração de 76 mil empregos formais, R\$ 772 milhões em crédito rural pelo Plano Safra, 70 mil unidades contratadas pelo Minha Casa, Minha Vida e repasses voluntários de 45 bilhões de reais ao Estado. Destacou obras de infraestrutura, como a reconstrução da ponte de Estreito, a conclusão da BR-226 e avanços na BR-135, além de 340 creches e escolas em construção, a retomada de 900 obras paralisadas e o programa Pé-de-Meia, que reduziu em 10% a evasão escolar no Estado. Por fim, defendeu pautas nacionais como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, a valorização do salário mínimo e o fim da jornada de trabalho 6 por 1, concluindo que o apoio do Maranhão ao Presidente Lula reflete o reconhecimento das políticas públicas implementadas no Estado.

**Rosângela Gomes (REPUBLICANOS - RJ)** - A Deputada defendeu o direito do Estado do Rio de Janeiro à manutenção dos *royalties* de petróleo, diante de ação em tramitação no Supremo Tribunal Federal que propõe a redistribuição desses recursos entre os demais entes federativos. Argumentou que, como principal Estado produtor, o Rio de Janeiro sofre os danos ambientais da exploração e tem garantido pela Constituição o direito à compensação financeira, utilizada em políticas públicas de segurança, saúde, educação e assistência social. Além disso, destacou que o Estado já acumula perdas históricas, como o Fundo Constitucional e o endividamento elevado. Por fim, pediu que a Corte julgasse a questão com imparcialidade e justiça.

**Welter (PT - PR)** - O Deputado relatou sua participação na posse do presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), destacando a retomada dos estoques reguladores como medida de controle de preços de alimentos. Anunciou audiência pública para debater a criação do Fundo Nacional do Leite e apresentou as ações da Frente Parlamentar em Defesa da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, informando que o Ministério da Saúde prepara portaria para incentivar a prescrição dessas plantas nas Unidades Básicas de Saúde, com incremento no Piso da Atenção Primária à Saúde (PAP) para os Municípios participantes. Por fim, destacou os recordes de produção agrícola e de emprego no País, defendeu o fim da jornada de trabalho 6 por 1 e elogiou o programa Desenrola como instrumento de renegociação de dívidas para trabalhadores.

**Missionário José Olimpio (PL - SP)** - O Deputado registrou a presença do apóstolo Pedro Medina, de Santa Catarina, acompanhado do pastor Thiago e de lideranças religiosas, durante sessão na Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Dr. Zacharias Calil (MDB - GO)** - O Deputado manifestou indignação diante dos índices de estupros coletivos contra crianças e adolescentes no País, citando 14.400 casos registrados entre 2022 e 2025, com vítimas entre 10 e 14 anos, e um caso recente em São Paulo envolvendo crianças de 7 e 10 anos. Defendeu o endurecimento das penas para crimes sexuais, a redução da maioridade penal e a perda de direitos políticos para condenados por crimes contra crianças, a exemplo do que ocorre em países como Estados Unidos, Reino Unido e França. Ademais, cobrou o fortalecimento da rede de proteção à infância, ações de prevenção e atendimento psicológico às vítimas.

**Tiago Dimas (PODE - TO)** - O Deputado relatou visita à Associação de Pais, Profissionais e Amigos de Pessoas Atípicas (APPA), em Araguatins (TO), entidade voltada ao atendimento de pessoas com autismo e outras neurodivergências, fundada por iniciativa das próprias mães. Destacou a organização da associação e sua parceria com a Prefeitura local, e reafirmou o compromisso do mandato em destinar emendas para viabilizar terapias às crianças atendidas. Por fim, chamou atenção para o Projeto de Lei nº 1.712, de 2019, aprovado pela Câmara e em tramitação no Senado, que visa criar uma política pública permanente de repasse de recursos federais aos Municípios para apoio a iniciativas voltadas à inclusão de pessoas com neurodivergência.

**Yury do Paredão (MDB - CE)** - O Deputado registrou a presença de três Vereadoras do Município do Crato (CE), durante visita à Câmara dos Deputados. Destacou a atuação de Ariza Silva, Nagila Coriolano e Lourdes de Carlin na política municipal e afirmou que as representantes buscavam recursos para a cidade.

**Gustinho Ribeiro (PP - SE)** - O Deputado destacou inaugurações de obras de abastecimento de água no Alto Sertão de Sergipe, realizadas pelo Governo estadual em parceria com a Companhia de Saneamento de Sergipe. Afirmou que os investimentos contemplaram estações de tratamento, adutoras e unidades de captação nos Municípios de Poço Redondo (SE) e Porto da Folha (SE), beneficiando diversas cidades da região. Também ressaltou a importância de investimentos estruturantes e da articulação entre mandatos parlamentares e o Governo Federal para ampliar oportunidades no semiárido nordestino.

**Juliana Cardoso (PT - SP)** - A Deputada defendeu a criminalização da misoginia e destacou o projeto Empodere-se, iniciativa de autodefesa feminina da cidade de Campinas (SP), como exemplo de resposta à violência cotidiana enfrentada pelas mulheres. Ressaltou, porém, que tais iniciativas não substituem a ação do Estado, cobrando avanços legislativos que vão além da Lei Maria da Penha e que enfrentem a violência de gênero pela raiz, de modo que nenhuma mulher precise viver com medo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Dr. Zacharias Calil (MDB - GO)** - O Deputado registrou a presença de Procuradores-Gerais do Estado de Goiás na Câmara dos Deputados, durante agenda relacionada à PEC nº 17, de 2024, sobre autonomia da advocacia pública, cuja admissibilidade foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Destacou a atuação dos procuradores na defesa de pautas institucionais e elogiou o trabalho desenvolvido por integrantes da advocacia pública de Goiás.

**Rodrigo da Zaeli (PL - MT)** - O Deputado registrou a presença de Pedro Medina, da Igreja Família do Reino, destacando ações sociais desenvolvidas pela organização em Santa Catarina. Afirmou que os projetos incluíam distribuição de refeições, atendimento a famílias, apoio psicológico e manutenção de espaço de acolhimento para crianças.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado manifestou solidariedade ao Frei Gilson, representante do povo do Rio Grande do Norte, religioso alvo de queixa por suposta homofobia, defendendo que os ensinamentos cristãos são imutáveis e que a prática de professar a fé é garantida pela Constituição. Repudiou o que classificou como intolerância religiosa contra cristãos e reafirmou o direito à liberdade de expressão e de crença no País.

**Arlindo Chinaglia (PT - SP)** - O Deputado informou a presença de uma delegação de dez Parlamentares do Parlamento Europeu em visita à Câmara dos Deputados, coordenada pelo Deputado Hélder, Presidente da Delegação União Europeia-Brasil, aos quais deu as boas-vindas.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado saudou Parlamentares europeus presentes na sessão da Câmara dos Deputados e afirmou que os visitantes eram bem-vindos à Casa.

**Marcelo Crivella (REPUBLICANOS - RJ)** - O Deputado manifestou preocupação com o julgamento em curso no Supremo Tribunal Federal sobre a redistribuição dos *royalties* do petróleo, defendendo que os Estados produtores não devem ser privados dessas receitas. Traçou um paralelo com outros recursos naturais, como minerais raros, questionando a coerência de uma eventual mudança nas regras. Por fim, destacou o desequilíbrio fiscal do Estado do Rio de Janeiro, que, segundo afirmou, envia cerca de 180 bilhões de reais anuais à União em impostos e recebe de volta apenas 10 bilhões nas áreas de saúde e educação.

**Márcio Jerry (PCdoB - MA)** - O Deputado saudou a decisão do Partido dos Trabalhadores de confirmar a pré-candidatura do Vice-Governador do Maranhão, Felipe Camarão, ao Governo do Estado, destacando seu currículo como ex-Secretário de Educação, Procurador Federal e Professor da UFMA. Criticou o atual



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

Governador Carlos Brandão, acusando-o de abandonar compromissos com o povo em favor de um projeto político familiar, e denunciou a instauração de uma CPI na Assembleia Legislativa do Maranhão para investigar o Vice-Governador, classificando-a como manobra política baseada em vazamento de informações protegidas por segredo de justiça.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado comentou a proposta de delação premiada do empresário Daniel Vorcaro, afirmando que as revelações poderão atingir diversas autoridades, incluindo o ex-Governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha, além de Ministros do Supremo Tribunal Federal, Senadores e Deputados Federais. Relacionou o caso ao Banco Regional de Brasília e expressou expectativa de que a delação traga consequências políticas e jurídicas relevantes nos próximos dias.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou declarações do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e afirmou que elas seriam incompatíveis com a função. Disse que a fala indicaria posicionamento político e usou isso para sustentar a tese de que parte da Justiça brasileira estaria politicamente aparelhada. Por fim, afirmou que, em um “país sério”, o Presidente do tribunal deveria ser afastado.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado informou que o Rio Grande do Sul receberá apoio do Governo Federal e destacou a visita de três Ministros ao Estado. Disse que a Ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, fará a prestação de contas sobre a reconstrução; o Ministro da Educação, Leonardo Barchini, entregará o Centro Tecnológico do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), em Viamão (RS); e o Ministro André de Paula, do Ministério da Agricultura e Pecuária, também participará da agenda. Por fim, afirmou que o Estado passará a ter 98 estações meteorológicas, o que dará mais precisão aos alertas climáticos e ajudará no planejamento da produção agrícola.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado afirmou que o Governador da Paraíba, Lucas Ribeiro, ainda não adotou medidas para a segurança pública. Defendeu três providências: aprovar o escalonamento vertical; promover as turmas antigas; e chamar os concursados para reforçar o efetivo policial. Por fim, explicou que essas medidas ajudariam no combate ao crime organizado.

**Tiago Dimas (PODE - TO)** - O Deputado destacou a visita ao Bico do Papagaio, no Tocantins, especialmente a Praia Norte (TO) e ao Porto de Praia Norte. Afirmou que o porto vai ampliar o escoamento da produção pela hidrovia do Rio Tocantins, que será o primeiro porto fluvial do Tocantins e ligará o Estado a Belém (PA), ao Porto de Barcarena e ao Oceano Atlântico. Por fim, explicou que o projeto pode gerar empregos,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

industrialização na região, mais competitividade para o agro e novas oportunidades para jovens do Bico do Papagaio; e que o empreendimento deve impactar diretamente Praia Norte, Sampaio (TO) e Augustinópolis (TO).

**Rodrigo da Zaeli (PL - MT)** - O Deputado criticou o veto presidencial aplicado ao Projeto de Lei nº 3.780, de 2023, que altera o Código Penal, para aumentar as penas cominadas aos crimes de furto e roubo. Afirmou que o Governo não estaria preocupado com a segurança dos trabalhadores e associou o veto a uma suposta complacência com o crime organizado. Por fim, também fez críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT).

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado defendeu a redução da idade penal e disse que uma pesquisa mostraria apoio de 90% da população à proposta. Afirmou que o Congresso deveria reagir com mais rapidez e pediu ao Presidente da Câmara, Hugo Motta, que agilizasse a tramitação de propostas sobre o tema. Por fim, também relacionou sua defesa da mudança a casos recentes de violência praticada por menores de idade.

**Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP)** - A Deputada afirmou que há uma greve dos servidores e da educação em São Paulo. Criticou o Prefeito Ricardo Nunes por ter enviado, sem diálogo com os sindicatos, uma proposta de reajuste salarial de 3,5% em dois anos. Apontou que o projeto inclui uma reforma administrativa que enfraquece as carreiras do magistério, dificulta concursos, precariza o trabalho dos professores contratados, reduz salários de servidores doentes, e abre caminho para a privatização das creches e da educação infantil. Por fim, disse ainda que os profissionais da educação estão mobilizados contra a proposta.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o Governo Federal e afirmou que a Paraíba perderá quase R\$ 15 milhões em recursos indicados por Parlamentares. Afirmou que a redução afetará áreas como saúde, infraestrutura, segurança e educação. Por fim, acusou o Presidente Lula de gastar demais e de retirar recursos dos Estados.

**Paulo Lemos (PT - AP)** - O Deputado afirmou que a Câmara deve ouvir as “vozes das ruas” e concentrar o debate em temas como redução da maioria penal e redução da jornada na escala 6x1. Disse que pesquisas mostram apoio popular à mudança na jornada e defendeu a realização de estudos técnicos para evitar prejuízos a empregadores. Por fim, disse que o Parlamento deve priorizar medidas para reduzir a violência e ampliar recursos para educação e saúde.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado disse que 56 universidades federais estão em greve há mais de 70 dias. Criticou o Governo Federal por, segundo ele, não abrir mesa de negociação com os servidores técnicos e educacionais. Por fim, afirmou que, em um acordo firmado em 2024, o Governo teria cumprido apenas 4 dos 22 pontos pactuados.

**Patrus Ananias (PT - MG)** - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM). Além disso, lembrou que o texto deve ser votado na Câmara e seguir para o Senado. Por fim, afirmou que o Brasil não deve exportar só matéria-prima, indicando que o País precisa industrializar essas riquezas no próprio território, para gerar empregos e fortalecer a soberania nacional.

**Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP)** - A Deputada se solidarizou com os servidores públicos, especialmente os da educação, que fazem greve em Florianópolis (SC) contra o Prefeito Topázio. Afirmou que o Prefeito não negocia, não repõe a inflação e não cumpre a Lei nº 15.326, sancionada pelo Presidente Lula, que reconhece a função docente de quem atua nas creches. Por fim, também disse que vai acionar o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público para cobrar o cumprimento das leis.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado celebrou a aprovação, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), do Projeto de Lei nº 3.265, de 2023, que institui no Calendário Nacional o dia 09 de janeiro como data de combate à Perfídia.

**Márcio Jerry (PCdoB - MA)** - O Deputado defendeu o Governo do Presidente Lula e disse que o País está em reconstrução. Negou que o Governo tenha retirado dinheiro dos Estados e chamou essas críticas de *fake news*. Também citou ações do Governo no Maranhão, como 21 micro-ônibus para atendimento em saúde; mais 11 ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); vans para apoio a serviços de saúde em 20 Municípios; e 21 unidades odontológicas móveis. Por fim, afirmou que o Governo Lula valoriza a democracia, as instituições e políticas sociais como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

**Duda Salabert (PSOL - MG)** - A Deputada defendeu o fim da escala 6 por 1 e disse que o principal desafio é fiscalizar a regra depois da aprovação. Afirmou que o Brasil tem 2.600 auditores fiscais do trabalho, quando a Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicaria necessidade de 5.441. Por isso, pediu ao Governo Federal reestruturação da carreira e convocação dos aprovados em concurso. Segundo ela, mais auditores também ajudariam no combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado afirmou que há insegurança no Rio Grande do Norte e citou Mossoró (RN) e São Gonçalo do Amarante (RN) entre as cidades mais violentas do País. Disse que houve fechamento de escola por ordem de facção; apreensão de cinco fuzis; fuga de cinco presos em Alcaçuz; e desativação de guaritas e câmeras no presídio. Por fim, também acusou o Governo Estadual de criar uma “bolsa crime” de R\$ 500 por mês para menores infratores e criticou a política de segurança pública do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado acusou outro Parlamentar de espalhar *fake news* por dizer que o País avançou. Na continuidade, criticou o Governo Federal e disse que o Brasil vive redução de recursos para os Estados, crise no meio ambiente e na infraestrutura, piora na economia, juros altos, déficit fiscal e perda do poder de compra. Por fim, manifestou expectativa nas eleições.

**Magda Mofatto (PL - GO)** - A Deputada apresentou Bálint Oláh, seu primo húngaro, que faz estágio na Embaixada da Hungria. Disse que a Câmara mantém boa relação com embaixadas e que ele pode vir a ser embaixador da Hungria no Brasil. Por fim, também parabenizou as mães pelo Dia das Mães.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado falou dos 200 anos do Parlamento brasileiro e defendeu uma democracia com participação popular permanente. Em seguida, comentou a decisão do Conselho de Ética sobre Deputados ligados à ocupação da Mesa Diretora em agosto do ano passado. Segundo ele, a suspensão de dois meses foi correta. Por fim, defendeu o papel histórico dos rúbulas no Direito, mencionou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e disse que diploma, sozinho, não garante competência nem defesa da democracia.

**Coronel Ulysses (UNIÃO - AC)** - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 5.744, de 2023, que altera os arts. 121 e 129 do Código Penal, bem como o art. 1º da Lei dos Crimes Hediondos, para recrudescer o tratamento penal dispensado aos crimes de homicídio e de lesão corporal contra integrante da Segurança Privada, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até segundo grau, em razão dessa condição. Por fim, afirmou que a medida faz justiça a uma categoria exposta à violência e disse que apresentou emenda para incluir também os profissionais da segurança pública.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado defendeu a ampliação do porte de arma de fogo para vigilantes e operadores de segurança privada. Ressaltou o porte de arma para oficiais de Justiça e o aumento de pena para crimes contra profissionais da segurança privada. Informou que vigilantes atuavam na proteção de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

hospitais, bancos, supermercados e unidades de saúde, mas permaneciam desarmados fora do expediente. Afirmou que trabalhadores da segurança privada enfrentavam riscos no deslocamento entre o trabalho e a residência e argumentou que a categoria possuía capacitação para exercer o direito à legítima defesa.

**Orlando Silva (PCdoB - SP)** - O Deputado cumprimentou a realização da sessão solene em homenagem aos 200 anos da Câmara dos Deputados e classificou o momento como histórico para a democracia brasileira. Além disso, solicitou à Presidência da Casa a manutenção da lista completa de inscritos para o debate da Ordem do Dia, ressaltando que esta precisa ser amplamente discutida antes da deliberação. Afirmou que o registro das posições apresentadas durante a discussão seria importante para os anais da Câmara dos Deputados e defendeu maior espaço para participação dos Parlamentares no debate legislativo.

**Benes Leocádio (UNIÃO - RN)** - O Deputado participou das comemorações pelos 200 anos da Câmara dos Deputados e defendeu a redução da maioria penal. Apelou ao Presidente da Casa para articulação junto ao Senado Federal em favor da análise do tema. Informou que pesquisas de opinião indicaram apoio majoritário da população brasileira à mudança na legislação penal. Afirmou que adolescentes envolvidos em crimes graves utilizavam brechas legais para evitar punições mais severas e argumentou que o Parlamento precisava responder às demandas da sociedade por endurecimento das leis penais. Também associou a proposta ao fortalecimento da segurança pública e ao enfrentamento da criminalidade.

**Coronel Ulysses (UNIÃO - AC)** - O Deputado defendeu a redução da maioria penal. Citou casos de crimes graves envolvendo adolescentes em diferentes estados e afirmou que episódios recentes reforçavam o debate sobre mudanças na legislação penal. Informou que parte desses atos ocorreu porque os autores tinham conhecimento de que não sofreriam punições equivalentes às aplicadas a adultos. Também manifestou solidariedade às famílias de vítimas de violência e afirmou que a medida atendia a uma demanda da sociedade. Destacou pesquisas que indicaram apoio majoritário da população à alteração da maioria penal.

## ORDEM DO DIA

**Coronel Meira (PL - PE)** - O Deputado agradeceu a aprovação do requerimento de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 5.415, de 2005, que altera a redação do inciso VII, do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 2003, autorizando o porte de arma para os Oficiais de Justiça.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB)** - O Presidente elogiou o Relator do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado registrou reconhecimento pela decisão do Governo Federal que retirou o Estado do Rio de Janeiro do Programa de Recuperação Fiscal. Destacou que a medida permitiu a adesão ao Propag, programa de refinanciamento da dívida estadual com a União, com redução das parcelas mensais de R\$ 436 milhões para R\$ 119 milhões, segundo dados do Tesouro Estadual. Também afirmou que o programa foi uma iniciativa do Governo Federal e declarou agradecimento pela mudança nas condições de pagamento da dívida do Estado, apontando impacto nas finanças públicas fluminenses.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Luiz Carlos Haully (PODE - PR)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Duda Salabert (PSOL - MG)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Célia Xakriabá (PSOL - MG)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências. Classificou a proposição como entreguista e prejudicial a Minas Gerais. Ademais, alertou para os impactos da exploração de terras raras, lítio, minerais vulcânicos e nióbio sobre comunidades quilombolas, povos indígenas, águas medicinais e mulheres de Araxá (MG). Além disso, afirmou que o Vale do Jequitinhonha (MG) concentra 80% do lítio do Brasil e criticou o desperdício de 99,9% na exploração de terras raras. Condenou ainda a dominação estrangeira do território nacional, a ausência de consulta livre, prévia e informada e a mercantilização dos recursos naturais. Ao final, defendeu legislação responsável, direcionada à soberania nacional e à proteção das populações atingidas pela mineração.

**Reginaldo Lopes (PT - MG)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**José Rocha (UNIÃO - BA)** - O Deputado apoiou o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências. Ademais, elogiou o relatório do Deputado Arnaldo Jardim e defendeu a ampliação da exploração de minerais críticos e estratégicos como forma de fortalecer a economia brasileira. Ao final, apelou ao Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) para que oriente os árbitros, afirmando que o Esporte Clube Vitória tem sido prejudicado por arbitragens nas competições.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências. Ademais, criticou o acordo firmado pela mineradora Serra Verde para exportação da produção aos Estados Unidos. Além disso, destacou que a ausência de legislação específica favoreceu a entrega de riquezas nacionais ao exterior e associou o episódio ao entreguismo defendido pelo Senador Flávio Bolsonaro. Ressaltou ainda que a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou o Projeto de Lei nº 1.754, de 2026, que institui a TerraBras, empresa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

pública destinada à defesa da soberania nacional e ao aproveitamento dos minerais críticos ou estratégicos, além de estabelecer o regime de partilha da produção mineral. Ao final, sustentou que o debate sobre soberania nacional deve prosseguir.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências. Defendeu que a proteção das riquezas minerais brasileiras já encontra fundamento no art. 176 da Constituição Federal e sustentou que marco regulatório dessa relevância exige debate nacional mais amplo. Ademais, propôs regime de partilha da produção mineral, participação mínima de 50% da União, restrição de lavra a empresas constituídas e sediadas no Brasil, inclusão de representantes de povos e comunidades tradicionais no Conselho Deliberativo e critérios ambientais e sociais para benefícios fiscais. Ao final, manifestou apoio à discussão sobre a TerraBras.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou a decisão equivocada do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados que suspendeu, por dois meses, o mandato de três Parlamentares. Ademais, apelou à Mesa Diretora e às bancadas para que revertam a suspensão na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Além disso, afirmou que a Oposição respeita a decisão da maioria do colegiado, mas lutará para impedir a punição dos Parlamentares.

**Orlando Silva (PCdoB - SP)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências. Ademais, condenou acordo da mineradora Serra Verde, em Minaçu (GO), para destinação integral da produção aos Estados Unidos.

**Orlando Silva (PCdoB - SP)** - O Deputado apelou ao Presidente da sessão para que fosse garantido o uso da palavra a todos os Parlamentares inscritos para discursar. Ademais, afirmou que o Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, havia sinalizado que permitiria a manifestação de todos os oradores. Ao final, defendeu o direito de expressão de todos os Parlamentares.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado apoiou a solicitação do Deputado Orlando Silva para que todos os Parlamentares inscritos pudessem contribuir para a discussão da proposição, destacando o compromisso assumido pelo Presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado alertou a Mesa Diretora e o Plenário da Câmara dos Deputados sobre o crime bárbaro ocorrido em São Paulo (SP) contra duas crianças, cometido por quatro adolescentes e um adulto. Ademais, defendeu a urgência da redução da maioridade penal para determinados tipos de crime. Além disso, citou episódio ocorrido no Acre, em que um adolescente matou duas professoras. Ao final, afirmou que o Congresso Nacional precisa dar resposta ao povo brasileiro.

**Renildo Calheiros (PCdoB - PE)** - O Deputado apelou ao Presidente da sessão para que reconsiderasse o encerramento da discussão da matéria. Ademais, destacou o compromisso público assumido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, de permitir a manifestação dos oradores inscritos. Além disso, apontou que restavam poucos oradores e que o encerramento da discussão consumiria mais tempo do que a conclusão da lista.

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado discursou em favor do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, sobre minerais estratégicos, situando-o num contexto de soberania nacional e desenvolvimento industrial. Apoiou a criação do Conselho Estratégico sob coordenação da Presidência da República, elogiando o compromisso do Presidente Lula com a defesa dos minerais estratégicos e das terras raras, em contraposição ao que classificou como postura entreguista da extrema direita. Ao mesmo tempo, apontou as insuficiências do projeto: defendeu a criação de uma empresa estatal — a Terrabras — com regime de partilha, nos moldes de empresas públicas históricas como Petrobras e Vale do Rio Doce, para que parte dos minerais estratégicos seja patrimônio da União. Criticou a entrega da Serra Verde aos Estados Unidos por ausência de legislação adequada e defendeu que as exportações desses minerais sejam destinadas exclusivamente a fins pacíficos e com alto valor agregado, industrializados no Brasil. Concluiu afirmando que o projeto representa um passo importante, razão pela qual a bancada votaria favoravelmente, mas que ainda é insuficiente, sendo necessário avançar para garantir a soberania plena do Brasil no multilateralismo, sem subordinação a nenhuma potência estrangeira.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada comentou a sessão do Supremo Tribunal Federal que discutiu, naquele dia, a constitucionalidade da nova lei de distribuição dos *royalties* do petróleo. Resgatou o contexto histórico da Constituinte de 1988, quando o texto do art. 20, §1º foi construído como uma compensação aos Estados produtores de petróleo pelas perdas ambientais e sociais decorrentes da atividade, em troca da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

adoção do ICMS no destino para os demais Estados. Alertou para o impacto financeiro da lei contestada: perdas estimadas em 10 bilhões de reais para o Estado do Rio de Janeiro e 23 bilhões somando os Municípios, o que se traduziria em menos saúde, educação, segurança e desenvolvimento. Criticou ainda a derrubada do veto da Presidente Dilma e questionou a lógica de retirar ainda mais recursos do Rio de Janeiro num momento em que a reforma administrativa já determinaria a aplicação do ICMS no destino. Encerrou defendendo que o Parlamento passe a verificar a constitucionalidade dos projetos na origem, antes que cheguem ao Supremo, e manifestou esperança de que o Tribunal declarasse a inconstitucionalidade da lei no dia seguinte.

**Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP)** - O Deputado proferiu parecer às emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Dr. Zacharias Calil (MDB - GO)** - O Presidente da sessão fez uma homenagem à pesquisadora Dra. Tatiana Sampaio e sua equipe, presentes no plenário. Apresentou os membros que a acompanhavam — representantes da Fundação Universitária José Bonifácio e da Universidade Federal do Rio de Janeiro — e destacou a relevância do trabalho da homenageada: o desenvolvimento do medicamento polilaminina, voltado para a regeneração de nervos medulares e com propriedades anti-inflamatórias. Ressaltou ainda as dificuldades enfrentadas na área científica, especialmente no que diz respeito a patentes, e encerrou expressando orgulho pela projeção internacional da pesquisadora e gratidão pela sua presença no plenário da Câmara.

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada saudou a pesquisadora Profa. Tatiana Sampaio. Destacou que o trabalho da pesquisadora é um símbolo da capacidade científica e inovadora do Brasil, afirmando que o País não deve nada a ninguém quando se trata de potencial intelectual e científico. Encerrou parabenizando a professora, dando-lhe as boas-vindas ao Parlamento e manifestando o apoio da bancada à continuidade de suas pesquisas.

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado pediu esclarecimentos ao Relator sobre duas mudanças introduzidas no parecer do projeto de minerais estratégicos: a substituição do mecanismo de anuência prévia do Conselho por homologação, e a alteração na composição do fundo, que passou de uma proporção acordada com o Governo para 2 nos primeiros 6 anos e 3 a partir dos 6 anos. Afirmou que essas mudanças representam



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

alterações de mérito em relação ao que havia sido negociado, e que a bancada do PT precisava dos esclarecimentos para decidir se manteria ou reposicionaria seu voto.

**Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP)** - O Deputado respondeu aos questionamentos do Deputado Pedro Uczai e da Deputada Jandira Feghali sobre a substituição da expressão "anuência prévia" por "homologação" no parecer do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024. Explicou que a mudança foi feita para evitar interpretações equivocadas: o termo "prévia" estava sendo entendido como a obrigação de comunicar ao Conselho qualquer projeto ou parceria antes mesmo de qualquer ato comercial, o que geraria um processo interminável e riscos de diligência comercial. Esclareceu também que "homologação" é, na prática, uma expressão mais afirmativa e que mantém integralmente as prerrogativas do Conselho: o ato é realizado, submetido ao Conselho, e este aprova ou não. Respondendo à Deputada Jandira, que invocou o art. 176, §3º da Constituição sobre anuência prévia do Poder concedente nas concessões, afirmou que o regime de concessões permanece inalterado, pois a mudança diz respeito exclusivamente às atribuições do Conselho, não ao processo de licenciamento ou concessão em si.

**Alencar Santana (PT - SP)** - O Deputado complementou os esclarecimentos do Relator do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, e tranquilizou a bancada do PT. Reforçou que a licença prévia continuará sendo concedida pela agência reguladora, como já ocorre hoje, e que a homologação pelo Conselho representa a decisão final e política sobre o interesse nacional em conceder ou não o projeto. Destacou ainda que o Conselho terá 15 membros, dos quais 11 indicados diretamente pelo Presidente da República, o que garante maioria governista na tomada de decisões. Concluiu que a homologação é, na prática, um instrumento mais poderoso do que a anuência prévia, e pediu à bancada do PT que votasse favoravelmente ao projeto.

**Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP)** - O Deputado proferiu parecer às emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado anunciou a retirada de todos os destaques e emendas de sua bancada. Explicou que o PL tinha divergências em relação ao projeto, tendo apresentado emendas. Reconheceu que o Relator Arnaldo Jardim não acatou a totalidade das emendas do PL, mas que boa parte foi incorporada. Por fim, elogiou a disposição ao diálogo do Relator e, confiando em sua competência e na possibilidade de ajustes posteriores no Senado, anunciou a retirada de todas as emendas da bancada, contribuindo para o bom andamento da votação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado sinalizou que o PSOL também estava disposto a retirar seus destaques, condicionando essa decisão à retirada geral por parte dos demais partidos. Observou que, pelo que havia acompanhado, apenas o Partido Novo ainda mantinha seus destaques, e deixou claro que, caso todos os demais retirassem, o PSOL seguiria na mesma direção.

**Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP)** - O Deputado proferiu parecer às emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Talíria Petrone (PSOL - RJ)** - A Deputada reconheceu a importância da regulação dos minerais críticos e alguns avanços do texto, mas fez uma crítica ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, sob três aspectos: no mérito, argumentou que ele perpetua o modelo primário-exportador, avança pouco na transferência de tecnologia e contraria o art. 176 da Constituição; no processo legislativo, criticou a ausência de Comissão Especial e a votação em sessão virtual e esvaziada para uma matéria de tamanha relevância; e na dimensão geopolítica, alertou para os riscos à soberania nacional, citando o caso da Serra Verde como exemplo da cobiça estrangeira sobre os recursos minerais brasileiros.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Carlos Zarattini (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado parabenizou o Deputado Arnaldo Jardim pelos avanços obtidos no texto do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, em discussão, destacando o acolhimento de emendas de sua autoria, entre elas a que renomeou o órgão como Conselho Especial de Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos, com o objetivo de agregar valor no País. Também ressaltou a destinação de recursos para ciência, tecnologia e inovação. Por fim, avaliou o resultado como um passo importante, porém insuficiente, e defendeu a criação da Terrabras como medida essencial para o desenvolvimento do setor, à semelhança do papel histórico da Petrobras e da Companhia Siderúrgica Nacional.

**Sâmia Bomfim (PSOL - SP)** - A Deputada manifestou preocupação com o Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, sobre minerais estratégicos e terras raras, ressaltando a relevância geopolítica do tema diante do plano America First do Governo Trump, que busca eliminar dependências externas de matérias-primas. Destacou que o Brasil detém cerca de 23% das reservas globais de terras raras, sendo o segundo maior detentor mundial, atrás apenas da China. Além disso, criticou o projeto em votação por não garantir o controle nacional sobre a extração e o processamento desses recursos, beneficiando empresas estrangeiras. Nesse contexto, mencionou a venda de uma empresa em Goiás por cerca de 2,8 bilhões de reais a uma companhia dos Estados Unidos e o acionamento da Procuradoria-Geral da República. Por fim, reafirmou apoio ao projeto do Deputado Pedro Uczai, que propõe a criação da Terrabras, e alertou para os riscos à soberania nacional e ao desenvolvimento tecnológico do País.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado encaminhou a votação do § 2º do art. 3º do Substitutivo apresentado pelo relator, com fins de supressão apresentado ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Marina Silva (REDE - SP)** - A Deputada defendeu a manutenção do Conselho Especial de Minerais Críticos e Estratégicos e criticou a proposta de supressão do órgão por considerá-la contrária aos princípios de soberania, democracia e transparência. Também mencionou emendas ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, em discussão, acolhidas parcialmente no relatório, voltadas à transição energética baseada em fontes renováveis e ao uso de recursos do Fundo Clima em ações de adaptação e mitigação. Por fim, destacou o potencial do Brasil de transformar suas vantagens comparativas em vantagens competitivas no século XXI e cobrou salvaguardas para povos indígenas, populações tradicionais e o meio ambiente.

**Zé Silva (UNIÃO - MG)** - O Deputado destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, sobre a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, como marco histórico para o País, destacando a construção coletiva da proposta com base em estudos técnicos do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), seminários nacionais e internacionais e sua experiência à frente da Comissão de Brumadinho. Ressaltou o equilíbrio entre a proteção da soberania nacional e a atração de investimentos, sem a criação de monopólios ou de um Estado excessivamente intervencionista. Por fim, celebrou a superação de diferenças ideológicas no Parlamento e afirmou que a nova lei posiciona o Brasil como protagonista da transição energética sustentável.

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do § 2º do art. 3º do Substitutivo apresentado pelo relator, com fins de supressão apresentado ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

**Joaquim Passarinho (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do § 2º do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM).

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do § 2º do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM).

**Lídice da Mata (PSB - BA)** - A Deputada orientou a bancada na votação do § 2º do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM).

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do § 2º do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM).

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do § 2º do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM).

**Kim Kataguri (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do § 2º do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM).

**Inácio Arruda (PCdoB - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do § 2º do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM).

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do § 2º do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado, em nome da Federação Brasil da Esperança, protestou contra o que classificou como tratamento desrespeitoso e discriminatório de Parlamentares da extrema direita em relação a Deputadas mulheres.

**Marina Silva (REDE - SP)** - A Deputada, ex-Ministra do Meio Ambiente, respondeu a uma ofensa que lhe havia sido dirigida por um Parlamentar da extrema direita. Afirmou que tal qualificação caberia àqueles que promovem o desmatamento ilegal, os incêndios na Amazônia e a mineração criminosa em terras indígenas, como ocorreu com os Ianomâmis. Na continuidade, defendeu seu histórico de atuação ambiental, citando a redução de 50% no desmatamento da Amazônia como resultado concreto de sua gestão, e encerrou com uma provocação aos opositores, sugerindo que o descontentamento deles decorre do fim de um período de impunidade ambiental.

**Alencar Santana (PT - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do § 2º do art. 3º do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM). Em seguida, aproveitou para elogiar a conduta e o legado da Deputada Marina Silva, ex-Ministra do Meio Ambiente.

**Célia Xakriabá (PSOL - MG)** - A Deputada encaminhou a votação da Emenda de Plenário nº 63 apresentada ao Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM). Na oportunidade, questionou a viabilidade do conceito de "mineração sustentável", rejeitando a criação de uma Frente Parlamentar com esse nome ao evocar o garimpo ilegal em terras ianomâmi e os 273 mortos em desastres de mineração em Minas Gerais. Apresentou dados sobre o impacto da exploração de terras raras, alertando que ela já atinge 278 territórios indígenas, correspondentes a 44% do território brasileiro, e citou terras indígenas específicas que seriam afetadas, como Apyterewa, Atroari e Kiriri. Além disso, criticou a lógica de exportação de minério bruto sem agregação de valor, comparando-a à venda de açaí *in natura*, e defendeu a soberania brasileira sobre seus recursos naturais em contraposição a interesses de China e Estados Unidos. Nesse sentido, indicou preferência por proposição de autoria do Deputado Patrus Ananias, considerada mais adequada por incluir mecanismos de consulta às comunidades tradicionais. Concluiu com a frase "estamos falando de terras raras, mas rara mesmo é a vida".

**Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP)** - O Deputado agradeceu ao Presidente pela condução dos trabalhos e pelo incentivo ao debate do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024. Como Relator da matéria, destacou o diálogo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

mantido com as bancadas partidárias e afirmou que o texto apresentado representou um consenso construído ao longo das discussões. Também reconheceu a atuação da Consultoria da Casa e citou os servidores Lucas Bigonha Salgado, Roney Chagas, Raul Menezes, Kenya Simoes e Zivaldo dos Santos pelo apoio técnico prestado durante a elaboração da proposta e pelo acompanhamento do processo legislativo.

**Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB)** - O Presidente celebrou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e afirmou que a proposta posicionou o Brasil na liderança da transição energética global. Além disso, destacou que a medida preserva a soberania nacional ao prever a criação do Conselho Especial de Minerais Críticos e Estratégicos para fiscalização do setor. Também ressaltou o potencial brasileiro na exploração de terras raras e defendeu a agregação de valor à produção nacional. Ao concluir, homenageou os autores da proposta e reconheceu a atuação do Relator, o Deputado Arnaldo Jardim, na construção do consenso entre as bancadas.

**Duda Salabert (PSOL - MG)** - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 466, de 2015, que dispõe sobre a adoção de medidas que assegurem a circulação segura de animais silvestres no território nacional, com a redução de acidentes envolvendo pessoas e animais nas estradas, rodovias e ferrovias brasileiras.

**Alencar Santana (PT - SP)** - O Deputado parabenizou a Relatora, Deputada Duda Salabert, e o autor do Projeto de Lei nº 466, de 2015, voltado à proteção animal e aprovado na Câmara dos Deputados. Além disso, destacou a atuação de Vanessa “É o Bicho”, Diretora do Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente, pela contribuição na formulação de políticas públicas para a defesa da fauna. Também reconheceu o trabalho da ativista Patrícia Aguiar e do veterinário Marquinho na mobilização em favor dos direitos dos animais. Por fim, afirmou que o Governo Federal, sob a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumirá responsabilidade na implementação da proposta.

**Célio Studart (PSD - CE)** - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 466, de 2015, de sua autoria, voltado à proteção da fauna nas rodovias e ferrovias brasileiras e afirmou que a proposta busca reduzir a morte de animais silvestres em acidentes de trânsito. Além disso, citou espécies como lobo-guará, tamanduá-bandeira, onça-parda, preguiça-comum, veado-catingueiro e capivara entre os animais afetados pela ausência de estruturas de proteção. Também destacou que o texto previu passagens aéreas, passagens subterrâneas e cadastro para monitoramento da fauna. Ademais, reconheceu a atuação da Deputada Duda Salabert na relatoria da matéria e agradeceu ao Ministério do Meio Ambiente e aos apoiadores da pauta animal pela contribuição ao projeto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Delegado da Cunha (UNIÃO - SP)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.744, de 2023, que altera os arts. 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), bem como o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), para recrudescer o tratamento penal dispensado aos crimes de homicídio e de lesão corporal contra integrante da Segurança Privada, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até segundo grau, em razão dessa condição.

**Delegada Ione (AVANTE - MG)** - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.984, de 2025, que institui a Lei da Dignidade Sexual; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), a Lei nº 7.210, de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 8.072, de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), a Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), e dá outras providências.

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado elogiou a atuação do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em articulação política que culminou com a derrota do indicado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, contestou críticas do Chefe do Poder Executivo às emendas parlamentares e afirmou que os repasses ocorreram com transparência tanto em governos anteriores quanto na atual gestão. Também comentou a viagem do Presidente da República aos Estados Unidos e mencionou a discussão sobre facções criminosas brasileiras. Além disso, defendeu a manutenção, pelo STF, dos *royalties* do petróleo para o Estado do Rio de Janeiro e cobrou respeito à linha sucessória do Governo Estadual. Por fim, criticou veto presidencial relacionado ao aumento de pena para crimes de roubo com lesão grave.

**Delegada Ione (AVANTE - MG)** - A Deputada proferiu parecer às emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 3.984, de 2025, que institui a Lei da Dignidade Sexual; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), a Lei nº 7.210, de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 8.072, de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), a Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), e dá outras providências.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado contestou a decisão da Relatora de considerar incompatível a emenda apresentada pelo partido NOVO ao Projeto de Lei nº 3.984, de 2025, que institui a Lei da Dignidade Sexual. Além disso, argumentou que a proposta tratou do mesmo tema abordado no texto principal, com foco em crimes praticados por menores, e defendeu que havia consonância temática entre as medidas. Também afirmou que a emenda buscava ampliar a severidade das punições previstas no projeto. Por fim, ressaltou que apresentava o questionamento em forma de questão de ordem e solicitou a revisão da decisão para permitir a apreciação e votação do destaque pelo Plenário.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

**Sóstenes Cavalcante (PL - RJ)** - O Deputado parabenizou a Deputada Delegada Ione pela condução do relatório do Projeto de Lei nº 3.984, de 2025, sobre combate à sexualização infantil, e destacou a construção de consenso entre Parlamentares de diferentes correntes políticas na Câmara dos Deputados. Além disso, elogiou o Presidente da Câmara dos Deputados pela inclusão da matéria na pauta de votações.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado lamentou o ataque ocorrido no Instituto São José, em Rio Branco, que resultou na morte das servidoras Raquel Sales Feitosa e Alzenir Pereira da Silva dentro da unidade escolar. Além disso, manifestou solidariedade às famílias, aos profissionais da educação e à comunidade acreana, após o episódio que também deixou uma servidora e uma estudante feridas. Também informou a apresentação da Moção de Pesar nº 2.623, de 2026, em homenagem às vítimas. Ademais, defendeu a votação do Projeto de Lei nº 1.588, de 2023, de sua autoria, que dispõe sobre a instalação obrigatória de portais detectores de metais em escolas públicas e privadas com mais de 100 alunos por turno, e cobrou medidas de prevenção à violência escolar e reforço na segurança das instituições de ensino.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado informou a retomada de quatro obras de creches paralisadas há mais de dez anos no Estado do Tocantins, após articulação junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao Governo Federal. Além disso, destacou que as unidades localizadas nos Municípios de Itaguatins (TO), Marianópolis (TO), Rio da Conceição (TO) e Taguatinga (TO) foram incluídas no Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica. Também afirmou que os investimentos superiores a R\$ 7 milhões garantirão 688 vagas em dois turnos e 344 vagas em período integral na educação infantil. Ao finalizar, ressaltou que a conclusão das obras representava a recuperação de investimentos públicos e o atendimento de uma demanda histórica da população tocantinense.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada defendeu a Lei nº 15.353, de 2026, originada do Projeto de Lei nº 2.195, de 2024, de sua autoria, que alterou o Código Penal para reafirmar a vulnerabilidade absoluta de menores de 14 anos em casos de violência sexual. Além disso, afirmou que a legislação consolidou o entendimento de que qualquer relação sexual com menor de 14 anos configura crime, independentemente de consentimento, experiência sexual anterior ou gravidez decorrente da violência. Também criticou interpretações judiciais que relativizaram a condição de vulnerabilidade de crianças e adolescentes e argumentou que a norma fortaleceu a segurança jurídica e a proteção integral das vítimas.

**Lêda Borges (REPUBLICANOS - GO)** - A Deputada celebrou os 200 anos da Câmara dos Deputados e afirmou que a trajetória da instituição está ligada à consolidação da democracia brasileira e à transformação de demandas populares em políticas públicas. Além disso, destacou a atuação do Parlamento na construção



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

de direitos sociais, na proteção aos trabalhadores e no fortalecimento de políticas de assistência social. Também ressaltou o avanço da participação feminina nos espaços de decisão política e mencionou sua atuação à frente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na promoção de políticas de combate à violência contra as mulheres. Concluiu defendendo o fortalecimento dos Municípios, a responsabilidade fiscal, a segurança jurídica e o compromisso do Parlamento com a representação da população brasileira.

**Vinicius Carvalho (PL - SP)** - O Deputado alertou para o aumento dos casos de feminicídio no Estado de São Paulo e destacou dados da Secretaria da Segurança Pública que apontaram crescimento de 41% nos crimes registrados no primeiro trimestre de 2026 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Além disso, citou episódios ocorridos nos Municípios de Guarulhos (SP) e São Bernardo do Campo (SP), nos quais mulheres foram assassinadas na presença dos filhos. Também afirmou que houve aumento nos casos de agressão física e descumprimento de medidas protetivas. Ao finalizar, defendeu o fortalecimento das políticas públicas de prevenção e da rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, com base na Lei Maria da Penha.

**Wilson Santiago (REPUBLICANOS - PB)** - O Deputado manifestou solidariedade às famílias atingidas pelas chuvas em Municípios da Paraíba e alertou para os impactos dos eventos climáticos extremos no Estado. Citou alagamentos, deslizamentos, destruição de estradas, prejuízos materiais e interrupção de serviços essenciais. Informou que a Paraíba registrou 32 cidades em situação de emergência, mais de 37 mil pessoas afetadas, cerca de 2.400 famílias desalojadas e 895 desabrigados. Defendeu integração entre Governos federal, estadual e municipal para garantir assistência às vítimas e investimentos em prevenção, drenagem urbana e defesa civil. Também reconheceu o trabalho das equipes de resgate, profissionais de saúde, voluntários e do Governador Lucas Ribeiro no atendimento às famílias atingidas.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado criticou a decisão do Ministro Gilmar Mendes de trancar o processo contra Carlos Arthur Nuzman no caso sobre a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. Afirmou que o episódio expôs falhas na legislação brasileira para combater corrupção privada em entidades esportivas e lembrou projeto apresentado em 2019 para tipificar esse tipo de crime. Informou que escândalos envolvendo entidades esportivas nacionais e internacionais comprometeram a credibilidade do esporte e afastaram investidores e patrocinadores. Defendeu modernização da legislação, fortalecimento da transparência e mecanismos de responsabilização em clubes, federações e confederações esportivas.

**Capitão Alberto Neto (PL - AM)** - O Deputado defendeu a redução da maioria penal para 16 anos em casos de crimes hediondos após comentar um caso de violência sexual contra duas crianças que ganhou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 74.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 06/05/2026

repercussão nacional. Afirmou que o episódio expôs falhas no sistema de responsabilização de adolescentes envolvidos em crimes graves e criticou as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Informou que adolescentes envolvidos no caso planejaram os abusos, gravaram os crimes e ameaçaram familiares das vítimas. Citou legislações de outros países que permitem julgamento de menores como adultos em determinadas situações e cobrou votação da proposta no Congresso. Ressaltou que a medida buscou ampliar a proteção às vítimas e combater a impunidade.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado rebateu críticas da Oposição sobre programas sociais no Maranhão e afirmou que os investimentos federais impulsionaram emprego, infraestrutura, educação, saúde e habitação no Estado. Citou dados sobre geração de mais de 76 mil empregos formais, expansão do crédito rural, obras do Novo PAC, retomada do Minha Casa Minha Vida e ampliação do programa Mais Médicos. Comentou a trajetória de Dona Raimunda, quebradeira de coco babaçu de Lago do Junco, para ilustrar os impactos de políticas públicas em comunidades do interior. Também mencionou investimentos em institutos federais, internet nas escolas e programas de transferência de renda, defendendo que o voto do povo maranhense em Luiz Inácio Lula da Silva refletiu reconhecimento às ações do Governo federal no Estado.

**Jefferson Campos (PL - SP)** - O Deputado homenageou diáconos e diaconisas pelo trabalho desenvolvido nas igrejas e destacou o papel do diaconato no acolhimento e na organização das atividades religiosas e sociais. Afirmou que o serviço prestado por esses integrantes contribuiu para o cuidado com comunidades e para a manutenção das ações da igreja voltadas ao apoio ao próximo. Ressaltou a atuação do diaconato na Igreja do Evangelho Quadrangular, citando dedicação, compromisso e participação em atividades de assistência e organização interna. Também defendeu que o exemplo de serviço e responsabilidade exercido pelos diáconos serviu de referência para o exercício da vida pública e das atividades legislativas.

**Rubens Otoni (PT - GO)** - O Deputado defendeu a ampliação do debate sobre a política de Tarifa Zero no transporte público coletivo e citou estudo do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília sobre os impactos econômicos e sociais da medida. Afirmou que o atual modelo de financiamento do transporte coletivo penalizou populações de baixa renda, mulheres, negros e moradores das periferias. Segundo o discurso, o custo das passagens comprometeu parcela significativa da renda familiar em diversas capitais brasileiras. Destacou estimativa de que a implementação da Tarifa Zero nas capitais e regiões metropolitanas poderia injetar mais de R\$ 45 bilhões na economia nacional. Também defendeu o avanço do novo marco legal do transporte público coletivo urbano e mecanismos permanentes de financiamento da mobilidade urbana.

## ENCERRAMENTO